



Cadernos do *Sociofilo*

Segundo caderno (2012)

A construção de um *problema público*: o caso CEG e a edificação de um coletivo.

Diogo Corrêa

Cadernos do Sociofilo

RESUMO

Este texto tem como objetivo analisar as formas cognitivas e críticas que participaram da construção do coletivo circunstancial criado a partir das mortes ocorridas pelos equipamentos de responsabilidade da Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro (CEG). Este estudo tentará dar inteligibilidade ao modo como se construiu um *problema público* através da forma como este evento em questão tangenciou o *Espaço Público*, além de ter mobilizado outras entidades coletivas em torno de si, como a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Mais especificamente, o presente texto propõe descrever e acompanhar o processo de *publicização* desta operação, com vistas a compreender a maneira como as diversas arenas que participaram de sua problematização recorreram a uma diversidade de “gramáticas políticas”. E como, dentre essas gramáticas disponíveis, um repertório limitado foi utilizado para justificar a emergência do grupo circunstancial Morte Por Gás Nunca Mais.

A compreensão do processo de edificação desse coletivo nos permitirá analisar não apenas como se edificam novos grupos e formas sociais (Simmel), bem como, mediante a construção e a confecção de um porta-voz, torna-se possível repensar o problema da representação, sem *a priori* reduzi-lo ao procedimento crítico tradicional, defendido pela sociologia crítica, que tende a enxergar toda e qualquer estratégia de oficialização a partir de seus efeitos ideológicos. Com isso, sem recorrer a universos estruturados, mas sobretudo aos fluxos capazes de engendrar novas formas sociais, pretendemos dar uma dimensão mais ampla do que se poder entender por espaço público e por cultura política e social.

INTRODUÇÃO

A chegada ao grupo circunstancial Morte por Gás Nunca Mais remonta alguns elementos da biografia do autor deste texto. Para que a entrada no problema, fique mais claro, convém retomar alguns pontos. No final da graduação, organizei, com outros colegas de curso, a primeira semana de Ciências Sociais da PUC-Rio. Montamos as mesas e decidimos que, além dos professores, os alunos também apresentariam trabalhos. No que me concerne, apresentei um trabalho comparativo entre o professor Jessé Souza, o qual foi um dos convidados da mesa, e o professor Roberto Damatta, que acabara de entrar no quadro de professores da PUC-Rio. Tive a oportunidade de conversar com o Jessé, que pediu, então, para que eu o enviasse meu trabalho; depois de lê-lo, o professor convidou-me para publicar um artigo em um livro, publicado pouco depois, cujo título era *A Invisibilidade da desigualdade*.

Foi então que decidi ir trabalhar com o professor Jessé Souza em Juiz de Fora, onde ele acabara de chegar. Estava cada vez mais engajado no projeto crítico e meu objetivo era, até então, trabalhar a questão da desigualdade, com o intuito de validar empiricamente o conceito proposto pelo mesmo em a *Construção Social da Sub-cidadania*, chamado “ralé estrutural”. No entanto, já um pouco antes de dar início às aulas, comecei a me deparar com uma bibliografia pós-crítica, isto é, pós-bourdieusiana. Li o artigo sobre a denúncia pública e tive acesso ao livro *De la justification*. Também, comecei a ler alguns outros artigos de Laurent Thévenot, Nicolas Dodier e Cyril Lemioux. Lembro-me de que o livro *l’Amour et la justice comme compétences* marcou-me profundamente, pois, além de estabelecer um quadro de análise de uma sociedade crítica, permitia uma análise das modalidades dos diferentes regimes em que se pode transitar em uma sociedade plural. Essa passagem que já havia acontecido na França de uma sociologia crítica, voltada

Cadernos do Sociofilo

para uma crítica social da realidade, e uma sociologia da crítica, que se propunha a analisar as críticas ordinárias dos atores sociais em situação de disputa, fez-me refletir acerca de problemas que estavam incutidos no projeto da sociologia crítica. Percebi o quão o conceito de “ralé estrutural” era encharcado de um viés normativo e, por isso mesmo, incompatível a tarefa descritiva da sociologia. Isso era claro no projeto de Souza: sua ânsia para criticar o impedia de olhar a realidade social brasileira. Ele simplesmente queria provar o que todos sabíamos, a saber, que o país era um país desigual. Mas ao invés de descrever as situações em que isso se desvela, Souza propunha uma teoria objetivista que invocava “fios invisíveis” em uma sociedade moderna – embora tal modernidade fosse periférica.

Diante dessas divergências teóricas, acrescenta-se o fato de o pouco heterogêneo grupo montado pelo professor mencionado parecer não muito disposto ao diálogo, negando a possibilidade de incorporar outros autores que não aqueles por eles trabalhados: Charles Taylor e Pierre Bourdieu. Ir além disso era visto como uma traição, como se tivéssemos virando as costas para eles. Em razão dessas dissonâncias, houve um afastamento natural, que desembocou na troca de orientador.

Foi ao longo desse período que busquei conhecer pesquisadores que tinham afinidade com a bibliografia com a qual passei a trabalhar, sendo o Frédéric Vandenberghe a principal pessoa, uma vez que pude, no segundo semestre de 2007, assistir a um de seus cursos (Teoria Social III) no IUERJ. De publicação, em português, que abarcasse a sociologia que eu estava começando a conhecer, só havia um artigo seu e a excelente tese de Jussara Freire, de quem também me aproximei.

De modo concomitante a esse processo, meu projeto sofreu profundas modificações. Dois artigos de Luc Boltanski foram decisivos nessa mudança: um sobre a sociologia crítica e a sociologia da crítica, além do artigo sobre a denúncia pública. E foi a partir desse último que tive a intuição de ir até a Comissão

de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Meu objetivo era analisar as denúncias feitas pelas pessoas ordinárias, quando enfrentavam uma situação em que seu senso de justiça havia sido abalado. Partindo da ideia de que a Comissão de Direitos Humanos era órgão receptor de denúncias, a ideia inicial era analisar e codificar quais tipos de denúncias eram para lá enviadas... Seriam elas semelhantes àquelas analisadas por Luc Boltanski em seu famoso artigo? A partir da leitura e do acompanhamento de algumas dessas denúncias, resolvi, ao invés de codificar, como Boltanski o fizera em seu aludido artigo, tentar retratar um caso exemplar.

Dos casos analisados juntamente com a coordenadora da Comissão, Renata Pelizon, o caso de mortes de pessoas vitimadas por equipamentos de responsabilidade da CEG (Companhia de Gás Estadual) foi considerado o que atingiu o maior grau de generalidade (isto é, saiu do caso particular e mobilizou o maior número de pessoas e entidades coletivas).

Daí em diante algumas reuniões foram feitas com a porta-voz do Grupo Morte Por Gás Nunca Mais, Fátima Rodriguez. Ela havia perdido uma filha que, devido a um vazamento de gás no dispositivo de aquecimento de água, inalou uma dose excessiva e faleceu.

O presente projeto propugna uma análise da experiência das denúncias mobilizadas pelos agentes diretamente envolvidos no caso das mortes, isto é, os parentes das vítimas, de modo a demonstrar como tais denúncias articuladas em torno de uma causa comum, e da formação de um porta-voz, dão um estatuto de coletividade às mortes, a princípio, dispersas e particulares. Com essa análise, esperamos trazer a tona alguns elementos que permitem dar ao caso de infortúnios e sofrimentos singulares a legitimidade de uma reivindicação de utilidade pública, com conseqüências e efeitos até mesmo na casa legislativo, na qual existe hoje um projeto de lei tramitando cujo intui-

Cadernos do Sociofilo

to é responsabilizar a CEG pelos danos e potenciais acidentes causados pelos equipamentos de sua responsabilidade.

Nosso objetivo é, por meio do desenvolvimento desse caso empírico, fazer uma discussão teórica que envolve, ao menos, três pontos basilares. O primeiro visa demonstrar o valor heurístico de uma concepção do social não redutível aos efeitos de dominação e de poder e a universos previamente estruturados. O segundo objetivo é revelar a possibilidade de se fazer uma análise que leve as competências morais dos atores a sério, sem pressupor que sua consciência seja mistificada e que ao sociólogo caiba mostrar as reais causas e motivações que subjazem as ações de indivíduos particulares. Desse modo, pretendemos seguir a intuição da sociologia pragmática francesa, tal qual praticada pela pragmática dos julgamentos ordinário de Boltanski e Thévenot, dando ênfase ao modo como os atores, eles mesmos, a partir de momentos críticos, mobilizam suas competências morais sem que, para isso, necessitem de uma instância metafísica como a classe, a cultura ou a sociedade, capazes de explicar seu comportamento para além do que eles fazem. Por fim, temos por escopo demonstrar como é possível, por meio da análise da construção de coletivos, vislumbrar processos nos quais o conceito de representação política pode ser levado a sério, sem que isso implique em uma ingenuidade analítica. Isto é: nosso objetivo é revelar de que forma a construção de um coletivo e a eleição de um porta-voz pode funcionar como um grupo de pressão capaz de pleitear causas legítimas que tenham por desdobramento a construção de um problema público. Nesse sentido, o porta-voz e a boa representação é o que pode ser avaliado pelo sucesso ou fracasso dos desdobramentos das composições de interesses heterogêneos que emergem do processo de formação de uma causa.

A Companhia de Gás Estadual (CEG)

A CEG é uma empresa cuja fundação se deu em 25 de março de 1854, com o nome de Companhia de Iluminação a Gás. Foi então que, no século de sua fundação, iniciou-se o uso do gás nas cozinhas e para a iluminação pública, sendo o gás, naquela ocasião, fabricado a partir do carvão. No século XX, o gás passou a ser produzido a partir dos derivados do petróleo. Em meados da década de 40, o gás natural surgiu como uma energia possível.

Das modificações sofridas ao longo do último século, cuja extensão fogem aos propósitos do trabalho, uma teve importância marcante: a privatização. A CEG foi privatizada em Julho de 1997, passando a ter, a partir de então, como operador técnico, o grupo Gás Natural. Tornando-se fornecedora de três tipos de gás (o gás natural, o gás manufacturado e o gás liquefeito de Petróleo), uma tarefa nada modesta foi posta diante da Companhia: fazer a revisão e a conversão do gás manufacturado para o gás natural em todo o Estado do Rio de Janeiro.

A Gás Natural, a nova operadora da CEG, é considerada a maior empresa de Gás da Espanha, a qual fora responsável pela conversão do gás manufacturado para o gás natural em diversas cidades espanholas, das quais merecem destaque Madri, Barcelona, Sevilha. A justificativa da mudança do gás manufacturado para o gás natural é de ordem ambiental e funcional; estudos afirmam que o gás natural não é poluente, pelo fato de não conter enxofre, e que, ademais, possui como vantagem substituir diversos combustíveis que degradam a natureza, como a lenha.

“O gás natural é uma energia de origem fóssil, mistura de hidrocarbonetos leves entre os quais se destaca o metano (CH₄), que se localiza no subsolo da terra e é procedente da decomposição da matéria orgânica espalhada entre os extratos rochosos. Tal e como é ex-

Cadernos do Sociofilo

traído das jazidas, o gás natural é um produto incolor e inodoro, não é tóxico e é mais leve que o ar. Além disso, o gás natural é uma energia carente de enxofre e a sua combustão é completa, liberando como produtos da mesma o dióxido de carbono (CO₂) e vapor de água, sendo os dois componentes não tóxicos, o que faz do gás natural uma energia ecológica e não poluente. Uma vez extraído do subsolo, o gás natural deve ser transportado até as zonas de consumo, que podem estar perto ou bastante distante. O transporte, desde as jazidas até estas zonas, é realizado através de tubulações de grande diâmetro, denominadas gasodutos. Quando o transporte é feito por mar e não é possível construir gasodutos submarinos, o gás é carregado em navios metaneiros. Nestes casos o gás é liquefeito a 160 graus abaixo de zero reduzindo seu volume 600 vezes para poder ser transportado. No porto receptor, o gás é descarregado em plantas ou terminais de armazenamento e regasificação. Sendo assim o gás permanece armazenado em grandes depósitos na pressão atmosférica e é injetado depois na rede de gasodutos para ser transportado aos pontos de consumo. Todas estas instalações são construídas preservando o meio ambiente, sendo em grande parte subterrâneas favorecendo a possível restituição do paisagem.”¹

Uma vez a privatização efetivada, o objetivo da nova operadora foi, até junho de 2006, concretizar o processo de conversão, o qual foi posteriormente adiado para 2007. Como diz a carta do Presidente da empresa, quando da comemoração de cinco anos da privatização, três eram os desafios maiores: “primeiro, completar a conversão de gás manufaturado para gás natural; segundo, aumentar o número de clientes, o que exigiria investimentos na expansão de rede de gasodutos e na interiorização da companhia; terceiro, por fim, buscar excelên-

¹ Extraído do Site:

<http://portal.gasnatural.com/servlet/ContentServer?gnpage=4-60-2¢ralassetname=4-60-2-1-5-1>

cia no atendimento ao cliente, aumentando a conectividade”.² Para a execução do plano, já em 1997, havia sido constatada, pelos técnicos da nova operadora, a necessidade de renovar 1,5 mil km de dutos de uma rede que possuía 2,2 mil km de dutos. Dos 941 km da rede de aço, apenas 491 tinham proteção catódica. Das quase oitenta mil válvulas, somente 5% funcionavam em perfeito estado. No momento da privatização, a CEG não tinha veículos para situações emergenciais, e a taxa de perda com escapamentos era de 23%. Até 2004, já havia sido concluído o processo de renovação de 300 km da rede, implantado um tele atendimento 24 horas e um centro de Controle e Operação da Rede, que teria por função fazer a monitoração de toda a rede canalizada. Um processo de mapeamento e digitalização fora também concluído, passando os mapas de papel, que tinham sido herdados, para as telas do computador. Em um orçamento previsto para R\$ 150 milhões, já havia sido investidos R\$ 52 milhões apenas para a conversão residencial.

Tais são alguns dados apresentados pela CEG, que visam a produção de uma justificativa pública acerca do trabalho por ela executado. A todo momento, a empresa busca comprovar a utilidade pública do serviço prestado. É imperativo observar que todos esses avanços e melhoras descritos pela CEG não somente indicam os benefícios produzidos para a empresa (em termos claros, o lucro), bem como apontam para os melhoramentos gerais produzidos para a população de modo genérico. Nos dados descritos acima, vislumbram-se não apenas fatos, mas uma narrativa que imputa à empresa a responsabilidade pela melhora da qualidade de vida dos que habitam a cidade do Rio de Janeiro e fazem uso desse serviço tão elementar que é o gás. Um serviço de gás bem prestado não concerne somente aos índices comerciais e financeiros da empresa, mas princi-

² Retirado do site:

<http://portal.gasnatural.com/servlet/ContentServer?gnpag=4-60-2¢ralassetname=4-63-7-9-5-1>

Cadernos do Sociofilo

palmente ao bem comum (Boltanski e Thévenot, 1991; Boltanski, 1990). Ele interfere na vida das pessoas ordinárias que utilizam o gás em seus aquecedores, em seus fogões, em seus respectivos carros, em sua indústria, etc. Em última análise, a descrição não é apenas de ordem factual, mas moral: ela propala os avanços de um serviço fundamental para a população cuja melhoria contribui para o bem estar geral.

“Ações para melhoria da cidade do Rio de Janeiro

Dentro de suas áreas de atuação, a CEG se orgulha de ter levado, em seis anos, o gás natural para 31 municípios do estado. Uma energia limpa que vem substituindo a lenha e o óleo combustível nas fábricas e a gasolina e o diesel nos automóveis. Um estudo recente da Feema revela que, com o crescimento do uso do gás natural, o Rio de Janeiro já deixa de emitir 500 mil toneladas de CO₂ na atmosfera.

A substituição do gás manufacturado pelo natural em residências e comércios da cidade já permitiu a desativação da Estação Leblon, uma área de 4.015 metros quadrados, que reunia 11 gasômetros para estocagem de gás manufacturado. A intenção é desativar mais três pontos de armazenamento de gás manufacturado, incluindo a fábrica localizada em São Cristóvão, ao final da do projeto de conversão, previsto para o início de 2007.

Também através do processo de conversão, a companhia tem procurado sensibilizar seus clientes sobre a importância do cumprimento das normas de segurança. Graças a este trabalho o índice de defeitos nas instalações de gás canalizado das residências em diversos bairros da cidade tem caído de 92% para 2%. Também foram renovados mais de 500 Km. de rede, elevando sensivelmente a segurança de todo o sistema de distribuição.

Em 2004, durante a construção do gasoduto de Petrópolis, foram descobertos seis sítios arqueológicos na localidade do Vale do Mato Grosso. Em parceria com o Instituto do de Arqueologia Brasileira (IAB) a Companhia ajudou a resgatar estruturas de rodas-d'água, um forno para fabricar farinha e até uma moeda de 1868. Todo trabalho foi supervisionado pelo Instituto do Patrimônio His-

tórico e Artístico Nacional.

São ações que demonstram o compromisso com o Estado do Rio de Janeiro.”³

O grupo circunstancial Morte Por Gás Nunca Mais

Em 1997, começam os trabalhos para a conversão do gás natural. Em 1998, dia vinte e quatro de fevereiro, Rodrigo Tabata Talarico entra em seu banheiro, como de praxe, para tomar banho. Pouco tempo depois é encontrado, ainda com vida, intoxicado. Até meados de 2008, encontra-se em um leito de hospital em estado vegetativo. Alguns dias antes, no dia vinte, ocorrera um vazamento de gás na Rua Antônio Parreiras, em Ipanema. Os moradores saíram assustados, de madrugada.

Dia 28 de Marco, uma explosão: um rombo foi feito na sobreloja do Prédio do Ministério da Fazenda, na Av. Presidente Antônio Carlos, no Centro, às 16:40h e destruiu o restaurante do edifício. Um motorista de ônibus, que passava pelo local, disse que, no momento da explosão, pensou que o prédio estava a desabar. Outros acidentes se seguem: dia 26 de Abril, vazamento de gás na Ilha do Governador; dia 28 de Setembro do mesmo ano: uma menina, Lorena Texeira, de onze anos, morre intoxicada.

Dia 03 de Outubro, Rayrl da Silveira Bodevan, quinze anos, morre asfixiado durante o banho na Rua General Ribeiro da Costa; no dia 04 do mês seguinte ocorre um vazamento de gás na Tijuca. Letícia Vasconcelos reclama do forte cheiro de gás, do barulho das britadeiras e do fechamento total das calçadas. Pouco adiante, no dia 21 de Novembro Flávio Teófilo, ao tomar banho em seu apartamento na Av. Ataulfo de Paiva, vai às pressas para o CTI da Clínica São Vicente. Dois dias depois, a CEG é proibida de fazer a conversão de gás no Leblon, área

³ <http://portal.gasnatural.com/servlet/ContentServer?gnpage=4-60-2¢ralassetname=4-60-2-4-0-0>

Cadernos do Sociofilo

nobre do Rio de Janeiro. A Agência Reguladora de Serviços Públicos (ASEP) proíbe a empresa de dar continuidade ao programa de conversão; a liberação se dá apenas após serem cumpridas as normas de segurança fixadas pela própria ASEP, por um especialista da UFRJ e do Inmetro. Mas a conversão e os acidentes continuam: dia 04 de Dezembro um aquecedor do apartamento 202 do Condomínio James Leblon, na Av. Bartolomeu Mitre, explode de madrugada. Durante o ano de 1999 são contabilizados 2760 casos de escapamento.

Em 2000, os acidentes não cessam; em maio, dia 18, um bueiro explode na rua Voluntários da Pátria; e no dia 22 do mesmo mês, uma tampa de um outro bueiro voou, na rua Humberto de Campos, próximo à rua Carlos Góis. No dia primeiro de junho, um casal, Ivone Ferreira e André Santana, morre durante um banho no apartamento da rua Maria Amália na Tijuca.

As mortes vão se sucedendo, mas não há a criação de um grupo mobilizado em torno delas. Cada qual permanece em estado isolado, singular, sem que haja tipificação e a configuração de um problema maior. Em alguns casos existe uma mobilização judicial buscando a reparação de um dano provocado, mas, em torno disso, não se articula um grupo de pessoas mediante o qual se produz a criação de um caso exemplar, com base no qual todos os outros serão tipificados.

No entanto, anos mais tarde, mais precisamente em 2006, no mês de setembro, acontecem três mortes em dois dias.

No dia doze de setembro, Raquel Gonçalves Coutinho e Alexander Oliveira Martins entram na casa do rapaz, na Tijuca. Resolvem tomar banhos juntos. Pouco depois, ambos são encontrados mortos no banheiro. Em um primeiro momento, conjeturas são produzidas. Atribuem ao fato um pacto de morte entre o casal, que teriam escolhido morrer. Juntos. No dia seguinte o *Jornal o Dia* noticia uma versão distinta. Sua manchete é clara: “Vazamento de Gás mata jovem em Laranjeiras”.

Essa experiência, que faz da existência dos parentes dessas pessoas escaparem ao estado de rotina, as põe em contato imediato com o arbitrário. Diz Fátima, uma das porta-vozes:

“Tudo começou assim: com o caso da Suzana e o meu caso. Por quê? Porque foram três mortes em dois dias. Então, isso gerou uma repercussão muito grande na mídia. E o que a CEG fez contra a gente? Ela saiu batendo na gente. Ela, no caso da Suzana, quis fazer crer que foi suicídio e, no meu caso, disse que eu tinha rompido o lacre.” (Fátima, em entrevista).

“Namorados são achados mortos em banheiro
Publicada em 13/09/2006 às 11h31m
Antônio Werneck - O Globo

RIO - Policiais da 19ª DP (Tijuca) investigam as causas das mortes da estudante Raquel Gonçalves Coutinho, de 15 anos, e de seu namorado, Alexander de Oliveira Martins, de 22, na tarde desta terça-feira, no banheiro do apartamento 102 da Rua Uruguai 508, na Tijuca, onde ela morava com a família. Os dois jovens foram encontrados caídos no chão do banheiro, nus. Segundo a polícia, não havia nenhum sinal que aparentasse crime. Peritos do Instituto de Criminalística Carlos Éboli apontaram indícios de que as mortes possam ter ocorrido por inalação de monóxido de carbono. A hipótese de suicídio, no entanto, ainda não está descartada. Os dois foram levados para uma clínica particular próximo à casa dele, a São Victor.

Os corpos de Raquel e Alexander serão enterrados no Cemitério São João Batista, em Botafogo, na tarde desta quarta-feira. Os dois foram encontrados pelo irmão dela, Daniel Gonçalves Coutinho, por volta das 14h30m de terça. Ele estranhou que os dois estivessem demorando muito no banheiro, bateu na porta, mas ninguém respondeu. Foi então que ele resolveu chamar sua mãe, Suzana Gonçalves. Ela deu a ordem para que Daniel arrombasse a porta. Os dois estavam estirados no chão, com o chuveiro aberto, caindo água, e a chama do gás acesa. Não havia cheiro de gás.

A perícia do ICCE constatou que, aparentemente, não houve

Cadernos do Sociofilo

vazamento de gás e que o aparelho estava funcionando perfeitamente. A CEG informou que não foi chamada para verificar o equipamento. Na lixeira do banheiro, a polícia recolheu uma cartela de um medicamento de tarja preta. Trata-se de cloridrato de fluoxetina, um antidepressivo. A cartela não continha comprimidos.

O delegado da 19ª DP, Orlando Zaconne, conversou com o diretor do Instituto Médico-Legal (IML), Roger Ancillotti, e ouviu dele ser verossímil a hipótese levantada pelo ICCE. Os corpos foram levados para o IML à noite. Raquel era estudante, e o namorado trabalhava temporariamente.

A família de Raquel, que namorava há dois anos, descartou a hipótese de suicídio. Zaconne perguntou à mãe dela se os dois costumavam tomar banho juntos. Ela respondeu que sim e que a família permitia que eles namorassem em casa.”⁴

Suzana, a outra porta-voz, também comenta:

“Tudo isso que aconteceu aqui, para mim tem uma ligação que eu não sei qual é. Toda a adaptação, em Laranjeiras, onde mora a Fátima... Eles na época estavam fazendo a conversão. No meu caso, eu moro na Tijuca, já era gás natural. Desde 2000, já tem gás natural lá. O que acontece é que [...] eles tinham compromisso, eles tinham compromisso de terminar até 2006, então eles estavam com pressa e fizeram tudo nas coxas. Eles não adaptaram como deveriam. O que parece é que meu prédio não era, não tinha ninguém impedido de usar. A pessoa que me vendeu o apartamento tava com tudo funcionando. Mas parece que as instalações não eram adequadas para o gás natural. Então, aconteceram três mortes em dois dias. Acontece um, num dia, outro, no outro. Pra mim tem ligação. Não vou crer que uma coisa que não acontece nunca, vai ter três mortes em dois dias.” (Suzana, em entrevista).

⁴ <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2006/09/12/285635961.asp>

“Mais uma jovem é encontrada morta dentro do banheiro

Publicada em 14/09/2006 às 10h28m

Extra, O Globo e O Globo Online

RIO - Carolina Rodrigues Macchiorlatti, de 19 anos, foi encontrada morta no banheiro do apartamento onde morava, em Laranjeiras, na Zona Sul, na noite de quarta-feira. O corpo será enterrado às 17h desta quinta, no Cemitério São João Batista. A delegada-adjunta da 9ª DP (Catete), Elen Souto, afirmou que foi encontrado no banheiro um pequeno vazamento, que pode ter sido a causa da morte. O caso é o segundo que acontece em apenas dois dias. Raquel Gonçalves Coutinho, de 15 anos, e seu namorado, Alexander de Oliveira Martins, de 22, foram encontrados mortos no banheiro do apartamento 102 da Rua Uruguai 508, na Tijuca, na terça. Os laudos da morte confirmaram que ambos foram asfixiados por monóxido de carbono .

O corpo da estudante Carolina foi encontrado dentro do banheiro por sua irmã mais nova. Ela bateu na porta do banheiro e, como não houve resposta, pediu ajuda do porteiro. Quando os dois conseguiram abrir a porta, a jovem já estava morta. A irmã chegou a chamar os bombeiros, mas eles não puderam fazer nada. A mãe da Carolina, a empresária Fátima Rodrigues, era acompanhada por um médico na noite desta quarta. Ela sofre de problemas cardíacos e teve uma alta de pressão quando chegou em casa e descobriu que a filha havia morrido.

De acordo com o setor de relações públicas do Corpo de Bombeiros do Humaitá, a causa mais provável da morte é o de inalação de gás. Técnicos da CEG voltarão nesta quinta ao imóvel a pedido da delegada Elen Souto para fazerem mais testes na instalação de gás do banheiro.

O laudo da morte do casal de namorados na Tijuca constatou que ambos tinham as regiões posteriores do corpo e da face corados, características de asfixia por monóxido de carbono. O delegado da 19ª DP (Tijuca), Orlando Zaconne, disse que a hipótese de suicídio está praticamente descartada. Cerca de 50 pessoas estiveram nesta quarta no enterro de Raquel e Alexander, no Cemitério São João Batista.

Cadernos do Sociofilo

– O monóxido de carbono tem poder sete vezes maior de ser absorvido pelo sangue do que outros gases. Os jovens devem ter ficado um tempo prolongado no banheiro, que não tem ventilação adequada – disse o diretor do Instituto Médico-Legal, Roger Ancillotti.⁵

A controvérsia entre a CEG e o grupo Morte Por Gás Nunca Mais

É sobretudo ao deparar-se com o arbitrário, quer dizer, com um fenômeno extremamente doloroso e pouco aceitável, que se dá o ato inaugural a partir do qual o grupo circunstancial emerge. Um grupo, então, surge em razão da experimentação de uma arbitrariedade, um choque, da experiência de uma falha. Nos termos da sociologia pragmática francesa, há algo que foge ao regime de rotina (*justesse*) e que, por motivos cuja previsão só se torna mensurável *a posteriori*, produz uma mudança na configuração do estado de coisas. Quando a rotina falha, ao menos por alguns instantes, as medidas e as equivalências parecem se desvanecer (quando entramos no estado de violência) e requerer críticas que visam novas justificações (quando passamos para o regime de justiça) e rearranjos. Essa nova mobilização reorganiza o quadro de acontecimentos.

Das versões apresentadas, malgrado distintas interpretações, um fato ocorreu: a morte de três pessoas em dois dias. E algo quis que essas mortes não se encerrassem ali, naquele acontecimento. Foi então que um coletivo circunstancial (Lemieux, Vilain, 1998), isto é, um conjunto de pessoas mobilizadas em torno de um acontecimento trágico comum começava a se formar. Um grupo de pessoas, que até então não tinham qualquer vínculo, qualquer identidade categorial – opinião política, filiação religiosa, modos de vida consoantes a uma classe ou a um *habitus* comum etc. –, que a princípio não tinham qualquer razão para estarem mobilizados em torno de uma causa simi-

⁵ <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2006/09/14/285651228.asp>

lar, se encontram lado a lado. E é o acontecimento trágico sofrido por um parente próximo que as põe em contato. Diante de um acontecimento fortuito, inesperado, que produz sofrimento no curso da existência dessas pessoas, um coletivo auto-justificado moralmente se insurge.

Nossa hipótese é que essa modalidade de grupos cuja origem se dá a partir de circunstâncias completamente imprevisíveis pelas pessoas envolvidas, é um meio legítimo de análise da emergência dos coletivos em nossa sociedade. Um coletivo cuja formação encontra-se à margem dos parâmetros sociológicos tradicionais de análise, uma vez que esses estudos costumam vincular a ação comum aos pertencimentos sociais convencionais, tais como sexo, profissão, local, cultura, geração, etc., torna-se um objeto rico para pensar como a ação coletiva coordenada se produz. Não apenas isso, pensar a emergência de um grupo circunstancial, isto é, um grupo formado por pessoas cuja vinculação é construída com base em um acontecimento trágico comum, o qual não fora procurado nem suscitado por elas mesmas, é também pensar a possibilidade da emergência de um problema público (Gusfield, 1980), posto que, comprovada a reivindicação pleiteada pelo grupo, e uma vez efetivado o processo de ascensão em generalidade (Boltanski e Thévenot, 1991; Boltanski, 1990), tal problema passa a concernir não apenas as pessoas diretamente envolvidas no caso, bem como as virtuais vítimas daquele mal. A construção de um coletivo que se auto-justifica moralmente está ligada à tipificação de uma noção de vítima, referida a um problema específico. No caso de nosso estudo, trata-se dos riscos que incorrem a conversão do gás manufacturado para o gás natural. Da relação causal e de responsabilização, passa-se ao aspecto prescritivo. A responsabilização implica em um conjunto de medidas que, além de punir os males praticados por quem deveria ter previsto e impedido a ocorrência do mal sofrido pela vítima, visam vigiar a

Cadernos do Sociofilo

ação do causador do mal e impedir que outras pessoas possam sofrer o mesmo infortúnio.

A adversidade produz um critério de mensuração em torno do qual o passado e o futuro vão ganhar novos contornos. A partir do problema primeiro, as versões pululam acerca do que ocorreu e tendem, ao modo de um *caso*, abarcar perspectivas divergentes, por vezes opostas. De um lado a CEG e, de outro, o grupo circunstancial: cada qual, mobilizando os recursos de que dispõem, provas e argumentos, tenta-nos convencer de sua versão sobre o que “de fato” aconteceu. Diz-nos Fátima:

“Quando eles foram fazer a vistoria na minha casa, no dia 13 de janeiro de 2006, eram dois rapazes de uma terceirizada que brincavam entre si o tempo todo. E eu tenho dois banheiros sociais. O aquecedor ficava em um dos banheiros que alimenta esses os dois. Eles disseram para mim: olha, na época da conversão, a CEG vai vir aqui e vai tirar esse aquecedor daqui e vai passar para a área de serviço. Botaram um nylon vermelho, que disseram ser um sinalizador. Aí eu perguntei: eu vou ficar impedida de usar meu banheiro? Eles disseram: claro que não. E o meu banheiro era totalmente impróprio. Mas eu não sabia. Eles teriam que ter lacrado o meu banheiro imediatamente. E ir lá em baixo no relógio verificar se estava trancado para a minha segurança.” (Fátima, em entrevista).

A versão da CEG, por sua vez, parece diferente. Como segue a nota oficial apresentada no jornal *O Globo*, logo após o acidente:

“A versão da CEG

A Companhia Estadual de Gás (CEG) divulgou nota oficial informando que uma vistoria feita no apartamento da estudante Carolina Rodrigues Macchiorlatti condenou toda a instalação. O aquecedor estava lacrado desde 13 de janeiro deste ano.

A CEG diz ainda que a vistoria constatou ainda inexistência

de ventilação inferior na porta, chaminé inadequada por diâmetro e comprimento vertical da chaminé menor do que 35 cm.

A polícia abriu inquérito para apurar as circunstâncias da morte da estudante de 19 anos, encontrada no banheiro do apartamento em Laranjeiras, na Zona Sul, nesta quarta-feira (13).

Os policiais estiveram no apartamento para recolher mais dados.

Carolina foi tomar banho por volta de 18h30 de quarta-feira (13) e, segundo os parentes, teria ficado mais de uma hora no chuveiro.

A irmã dela, de 13 anos, que também estava no apartamento, estranhou a demora e tentou falar com Carolina, que não respondia. A jovem resolveu pedir ajuda ao porteiro, que conseguiu abrir a porta do banheiro e encontrou a estudante caída no chão.

O aquecedor estaria ligado e o chuveiro aberto.

Os bombeiros foram chamados e constataram a morte de Carolina.

Técnicos da companhia de gás estiveram no local acompanhados por peritos. Segundo a polícia, o laudo preliminar indicou um pequeno vazamento de gás no aquecedor.

O caso da estudante ocorreu um dia após a morte de um casal de namorados durante o banho em um apartamento na Tijuca, na Zona Norte.

Alexander Martins, de 22 anos, e Raquel Coutinho, de 15, tomavam banho juntos quando foram encontrados mortos pelo irmão da jovem.

Peritos não encontraram vazamento de gás no banheiro mas o laudo preliminar do Instituto Médico Legal indicou que os dois morreram de asfixia por monóxido de carbono.”

Ambos os lados, apresentando suas respectivas versões, não apenas tomam o acontecimento como ponto de partida, bem como, através desse processo, formam uma rede, à medida que o acontecimento vai remontando outros momentos – outras temporalidades –, outros elementos e associando-se a outras situações. No curso do processo controverso novos senti-

Cadernos do Sociofilo

dos dos elementos pertinentes vão se modificando. O comportamento dos funcionários, a visita, o laque vermelho, as mortes anteriores, tudo isso ganha novos contornos – o novo ponto de vista, muda (a relação com) os objetos. Tanto o porta-voz da CEG quanto a porta-voz do grupo Morte Por Gás Nunca Mais tentam englobar a totalidade dos acontecimentos em sua versão, embora nenhum dos lados consiga abarcar tudo. A rede é “caracterizada, de um lado, *grosso modo*, pela ausência de contornos nítidos; de outro, pelo fato que ninguém poder controlá-la, a partir de uma posição superior, sua totalidade e, por exemplo, de dela se fazer porta-voz. A rede é opaca [...] Pode-se procurar reconstituí-la, mas é sempre preciso partir de um núcleo particular e remontar, paulatinamente, a cadeia de associações”. (Boltanski e Clavérie, 2007: 427). O núcleo particular é o que dá consistência e permite com que as duas versões entrem em confronto: trata-se de descrever o que “de fato” ocorreu e, com isso, encontrar algum responsável pelas mortes.

A CEG, no caso da morte do casal, atribui a responsabilidade aos próprios, fazendo-se porta-voz dos mortos. No caso de Carolina, filha da Fátima, ela atribui à mãe a (ir)responsabilidade pelo rompimento do laque. Remonta-se uma cadeia de associações heterogêneas que se subsumem na categoria comum gerada pelo evento ocorrido. Os objetos e os seus sentidos se modificam pouco a pouco: o remédio tarja preta e o laque vermelho, por exemplo, mostram-se como “objetos cabeludos”, revelando uma série de mediações que indicam sua composição e seus respectivos desvios.

Do fato que ocorrera em sua casa, Fátima passa a (re)explicar o que os funcionários terceirizados fizeram naquele dia e a razão pela qual aquele acontecimento foi calhar de ocorrer logo em seu apartamento. Não se trata aqui de reduzir a posição da Fátima a sua parcialidade. Ao contrário, sem partir do pressuposto de que sua visão é parcial, tomamos a própria porta-voz, ao modo da Latour, como um ator-mundo, quer dizer,

alguém capaz de montar e compor, a partir dos elementos heterogêneos com os quais se depara, uma ontologia a propósito do que “realmente” se passou. Assim explica a Fátima:

“E o que ocorreu no dia 12 de Setembro de 2006? Houve o acidente com a Suzana dia 12 de setembro de 2006. E no dia 12 de Setembro de 2006 abriram um buraco gigantesco na porta no do meu prédio. Era um buraco enorme e largo, para fazer o chamado teste de estanqueidade. Você sabe o que é isso? Eles injetam uma pressão de ar comprimido na tubulação da rua para verificar como estão as tubulações de dentro das nossas casas. Tubulação do banheiro e da cozinha. Se der algum problema algum vazamento nas tubulações, o que eles fazem? Eles pedem ao condomínio para fazer a tubulação externa? Só quem que vai pagar a tubulação externa que custa 4, 6 mil reais? É o condomínio: então os moradores tem que se cotizar para pagar em parcelas. Se não tiver, o morador fica sem gás. É um monopólio [...] Eles não encontraram nenhum vazamento e taparam as válvulas. Aí é que está o problema. Eles erraram ali, houve um erro, né? O perito acusou [...] é, é, facilmente que eles injetaram o gás natural dentro do meu prédio, sem que ainda tivesse convertido. O que aconteceu comigo poderia ter acontecido com qualquer um. Estourou no meu relógio. A pressão era violentíssima. E o nível do monóxido de carbono, no dia 13 de Setembro, na hora em que minha filha tomava banho, [...] era 20 vezes acima do que um ser humano pode suportar. Então eu perdi a minha filha em um minuto, um minuto e meio. Toda minha coluna sentia o cheiro de gás. Eu moro no quarto andar. Dava pra sentir o cheiro do nono andar. No dia seguinte, dia 14, a CEG chega antes do dia clarear e tapa os buracos com o intuito de ludibriar.” (Fátima, em entrevista).

O buraco do dia anterior, as tubulações, o monopólio do gás, o monóxido de carbono, o teste de estanqueidade, a má-fé da CEG, o aquecedor de sua casa, a morte de sua filha, tudo é

Cadernos do Sociofilo

mobilizado e associado para explicar o evento. Em suma, tudo é configurado de forma a dar validade ao sentimento de injustiça – que fica no entremeio da justiça e da vingança –, pela qual Fátima foi tomada. Como consequência disso, e de modo a fazer-se reconhecer, Fátima mobiliza uma série de entidades para que a causa pleiteada se engrandeça – e ganhe visibilidade; e, pouco a pouco, não é senão associando-se a outras entidades, individuais ou coletivas, que ocorre o engrandecimento da causa. Como diz Latour, “um actante não ganha força senão à medida que se associa a outros” (Latour, 2001: 244).

Convém perguntar de que forma isso ocorre? Em um primeiro momento, as adesões são de pessoas diretamente concernidas em casos semelhantes, quer dizer, pessoas que tiveram parentes envolvidos em acidentes com equipamentos de responsabilidade da CEG, cujo critério de mensuração foi formado juntamente com próprio grupo circunstancial, pessoas às quais a Fátima obteve acesso através de uma jornalista que havia falado sobre o caso no jornal, pouco depois das três mortes.

“Depois, no dia seguinte, havia uma matéria da jornalista X, do Jornal OGLOBO; eu liguei pra ela e falei: olha, eu não entendo nada de gás, eu não sei o que está acontecendo, mas uma coisa eu sei: meu aquecedor nunca esteve lacrado. Aí eu comecei a contar o que contei até agora: eu queria gritar! Quero gritar! Mataram a minha filha e eu quero gritar. Meu aquecedor nunca esteve lacrado. Eu quero o nome de todas essas *vítimas* que você pôs no jornal. Aí ela me deu os telefones que ela tinha. Aí eu liguei pra ela, Suzana, e encontrei a mãe do Felipe Bonin. Aí apareceu a cunhada da Lúcia Bonin, pelo Orkut. Aí eu procurei o Talarico Barata, o filho dele leva vida vegetativa até hoje.” (Fátima, em entrevista).

Para se produzir um *caso*, “o reclamante admitido deve se dobrar a certas condições”, ou seja, “ele deve renunciar a agir em pessoa própria e aceitar ver sua reclamação, e as acusações

que a subentendem, substituídas por um acusado em nome de um terceiro muito maior que ele – o Rei, a República, o Estado, etc. – e marcar assim sua vontade de separação principal com o mundo pessoal da vingança, do próximo, do contato” (Boltanski e Claverie, 2007: 401). Fátima foi então em busca de entidades coletivas como o Viva Rio e a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, aquelas que poderiam fazer engrandecer a causa que pleiteava.

“De cara eu comecei a ligar pra todo mundo e, de cara, eu liguei pro sociólogo Rubem Cesar Fernandes. Porque ele é uma referência do Viva Rio, e que só não faz mais por falta de espaço, porque depois aprendi que a corrupção é muito grande. Então eu o procurei e expliquei pra ele o que tava acontecendo e disse: eu quero gritar! E ele falou assim: vou te mandar pra comissão de Direitos Humanos da Alerj e você vai entrar em contato. Levada por um membro do Viva Rio, você vai entrar em contato com o Alessandro Molon e o Marcelo Freixo. Eu disse: não quero, não quero saber de políticos. Tenho horror a isso, não quero. Ele disse: você vai lá, você vai ouvir. Então fui eu, Suzana, Lúcia, a mãe do Felipe e o pai.” (Fátima, em entrevista).

Assim, sabendo intuitivamente que o sucesso do grupo dependeria de sua capacidade de efetivar o processo de ascensão em generalidade (*montée en généralité*), Fátima buscou a mobilização de instâncias aptas a influírem nesse processo de “engrandecimento”. A Comissão de Direitos Humanos da Alerj (Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro) é um dos principais exemplos de instância coletiva capaz de fazer uma causa atingir um índice de generalidade superior. O trabalho da Comissão não é senão esse: não sendo uma instância com competência para julgar ou mesmo punir infrações e delitos, seu trabalho consiste basicamente em filtrar os casos pequenos e irrelevantes, separando-os daqueles que possuem relevância, que por-

Cadernos do Sociofilo

tam um potencial de causa coletiva, encaminhando-os para as instâncias competentes. Essas instâncias (Defensoria Pública, Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, por exemplo), por sua vez, não recebem do mesmo modo um caso diretamente enviado pela entidade singular (a Fátima enquanto mãe que perdeu sua filha) e um caso mediado pela Comissão: a última funciona, *grosso modo*, como um operador que promove o índice de coletividade da *causa*. E não é senão desse modo que a mesma contribui para fazer o Grupo Morte por Gás Nunca Mais ascender a um estrato de grandeza maior. Analisemos: uma coisa é a Fátima, enquanto mãe de Carolina, morta em razão de um vazamento de gás do aquecedor de sua casa, outra coisa bem diferente é a Fátima enquanto representante do Grupo Morto por Gás Nunca Mais (o qual conjuga em torno de si tantos outras entidades singulares e coletivas), juntamente com a Comissão de Direitos Humanos, instância coletiva que reconhece sua legitimidade. A primeira Fátima, singular, não possui o mesmo “tamanho” (segundo a grandeza cívica) da segunda quando, por exemplo, se propõe a processar a CEG ou mesmo exige e exerce pressão sobre a Assembleia Legislativa para a aprovação de um projeto de lei, responsabilizando a empresa a quem foi dada a concessão pela administração do Gás no Estado do Rio por uma série de medidas preventivas a serem tomadas.

PROJETO DE LEI N° 762/2007

EMENTA:

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA INSPEÇÃO ANUAL DE SEGURANÇA NAS UNIDADES RESIDENCIAIS E COMERCIAIS ATENDIDAS PELAS CONCESSIONÁRIAS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Autor(es): Deputado ALESSANDRO

MOLON

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituída a obrigatoriedade da inspeção anual de segurança nas unidades residenciais e comerciais atendidas pelas concessionárias de distribuição de gás canalizado do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - A inspeção a que se refere o artigo anterior será realizada pela própria concessionária ou empresas por ela credenciadas junto ao órgão público competente e não acarretará em ônus financeiro para o consumidor.

Art. 3º - A inspeção abrangerá todos os equipamentos e instalações integrantes do sistemas de fornecimento e utilização do produto, em especial, fogões e aquecedores.

Parágrafo único - Após a realização das vistorias consignadas na presente lei, a concessionária ou seu representante credenciado, fixará na unidade consumidora selo indicativo da última vistoria, com a data prevista para a próxima inspeção.

Art. 4º - As concessionárias fornecedoras de gás canalizado, para efeitos da presente lei, terão a obrigação de interromper imediatamente o fornecimento do produto às unidades porventura reprovadas na vistoria de que trata a presente.

Parágrafo único - O não cumprimento do disposto no caput do presente artigo, sujeitará as concessionárias às seguintes sanções:

I - Multa de 50 (cinquenta) a 100 (cem) UFIR-RJ por unidade consumidora que não tenha sido vistoriada no prazo anual;

II - Pagamento de todas as despesas decorrentes do atendimento efetuado ao consumidor prejudicado, por danos materiais ou acidentes pessoais, causados por sinistro em equipamentos e instalações inadequadas.

Cadernos do Sociofilo

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, em 21 de agosto de 2007.

Deputado **Alessandro Molon**

JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos em nosso Estado, presenciamos inúmeros acidentes com gás canalizado. Os acidentes envolvem vazamento, incêndio e em alguns casos até explosões. Infelizmente, muitos cidadãos fluminenses perderam suas vidas em alguns desses acidentes.

Os argumentos apresentados pela concessionária CEG para justificar tais fatos, como culpa exclusiva da vítima ou condições inadequadas dos ambientes onde se encontram instalados os aquecedores, por desrespeito as áreas necessárias para ventilação, não podem continuar a vitimar a população fluminense.

A responsabilidade da CEG com as instalações não pode se restringir até o medidor. O consumidor necessita que a concessionária possa periodicamente atestar que todo o sistema de fornecimento e de utilização de gás canalizado se encontra de acordo com as normas de segurança.

Deste modo, solicito a aprovação do presente projeto junto aos meus pares.

O mesmo pode ser dito para aquela a quem se acusa. Afinal, como mostramos acima, o desvelamento segue sempre a mesma estrutura: procura-se demonstrar como por detrás do que deveria agir em prol do benefício comum, age-se em prol de um particular. Ademais, a CEG e toda conversão para o gás natural se justifica, ao menos no que diz respeito às suas ações oficiais, em razão dos benefícios genéricos gerados pelo novo combustível. Não é senão à medida que se mostra capaz de agir em prol do bem comum que seu trabalho encontra sua legitimação pública, fazendo com que críticas não adquiram um grau de generalidade grande. Entretanto, uma vez que isso não está sendo cumprido, ou que para seu cumprimento, há uma

série de mortes e problemas que afetam os cidadãos, isto gera um ambiente bastante propício para críticas e desvelamentos. Um desses exemplos se segue:

“Quando a CEG lá atrás foi privatizada, ela decidiu a fazer a conversão. Ela descobriu que 92% dos imóveis do Rio de Janeiro, residenciais ou comerciais, não tinham condições de ter aquecedores em seus banheiros. Os banheiros não foram concebidos para dar segurança ao consumidor. Então, sabendo de um risco desse, por que eles não lacraram os 92% desses imóveis, dando segurança ao cidadão carioca? Por quê? Por que será que só com 8% de consumidores pagantes a CEG iria sobreviver? O que seria mais importante, o poder econômico ou o poder do cidadão? Claro que ele [o advogado da CEG] não me respondeu, ele não soube responder” (Suzana, em entrevista).

Ora, a prova de que as metafísicas morais funcionam, em geral, quando visam a uma crítica que se encontra dentro de um horizonte de publicidade é que sempre se é mais fácil denunciar um ator cuja capacidade de encarnar o bem público é grande, como o juiz, o policial, o político, do que qualquer outro. E se esse não age em prol do interesse público, mas de razões particulares (Fátima acima denuncia a CEG por agir em prol dos seus próprios interesses comerciais e não da garantia da segurança e do bem estar da população), a denúncia é quase que uma consequência imediata. Esta, embora pareça mostrar como algum princípio de moralidade não funciona – ou que seu funcionamento está aquém do que deveria –, reafirma-o, de outro modo, na medida em que afirma a necessidade de sua validação.

E é nesse mesmo âmbito que a CEG se defende:

“A palavra da Ceg sobre mortes por gás

RIO - A Ceg não quis comentar o Projeto de Lei do deputado Alessandro Molon, alegando que ainda se encontra em estágio de análise na Alerj. Sobre as demais questões, a empresa respondeu:

"Nos últimos 10 anos, a CEG vem cumprindo com às determinações do Regulamento de Instalações Prediais de Gás do Rio de Janeiro, com todas as normas técnicas nacionais e internacionais, sendo fiscalizada pela Agencia Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro.

Essas normas de segurança são válidas para qualquer tipo de gás, isto é natural, manufaturado ou GLP. No Rio a CEG distribui o gás canalizado para 25% da população e os demais 75% utilizam botijão de gás fornecido por outras empresas.

A CEG, diferente de outros distribuidoras de gás no município no Estado do Rio de Janeiro, disponibiliza à população de canais de comunicação (agências, call center, site) para sanar eventuais dúvidas e realizar serviços de adequação de instalações conforme os regulamentos.

Estas normas falam sobre a importância da conservação e manutenção das instalações internas, fogões e aquecedores a gás que, como ocorre com os demais serviços públicos e conforme a legislação, devem ser realizadas periodicamente pelos usuários.

A CEG é uma empresa distribuidora e não um órgão fiscalizador. No entanto, a segurança é um princípio básico na linha de atuação da Companhia. Por isso, oferece serviço de assistência técnica que realiza vistorias e verifica condições de uso de instalações internas e equipamentos, toda vez que o cliente solicita.

O gás natural ao ser utilizado de forma correta, *é uma energia limpa e segura e a CEG, na qualidade de concessionária de serviço público, sempre buscou sensibilizar seus clientes para a sua correta utilização.* Para tanto, a CEG vem realizando campanhas de comunicação em todos os meios de comunicação de forma sistemática, visando a conscientização quanto ao uso adequado do gás.

Nos últimos 10 anos, a CEG renovou e modernizou 652 km de rede pública de distribuição, realizou mais de 250 mil serviços de assistência técnica solicitados pelos clientes e, adicionalmente, por

exigência do projeto de conversão para gás natural, revisou as instalações de 492 mil residências, realizando 317 mil reparos, melhorando substancialmente as condições de segurança da população.

Ocorre que as condições devem ser mantidas pelos consumidores ao longo dos anos, ao realizarem obras ou qualquer outra alteração no imóvel. Além disso, a CEG, amparada pela legislação, recomenda que os consumidores realizem manutenção em instalações internas e equipamentos a cada dois anos”⁶

Desse modo, as justificações engendradas pela CEG, em respostas (sempre indiretas) às críticas proferidas pelo grupo Morte Por Gás Nunca Mais, intentam responder afirmando que sua empresa age em prol do benefício público, e que a responsabilidade por eventuais acidentes está na negligência do próprio consumidor. E que, ainda que a CEG seja uma “empresa distribuidora e não um órgão fiscalizador”, está sempre disposta a ajudar. De certo modo, pode-se dizer que o *caso* segue sempre uma estrutura comum, dentro de um sistema actancial (móvel, pois segundo cada versão apresentada, muda-se a vítima e o algoz): contínuas críticas e justificações, sendo que ambos os lados tentam comprovar a validade e legitimidade pública de sua causa. Um sempre tenta mostrar o outro como agindo em prol de seus próprios interesses, enquanto demonstra a si mesmo como agindo em prol do interesse público. A versão do outro é sempre não a realidade, mas uma de suas versões. A noção de interpretação revela o seu caráter político: trata-se sempre de mostrar que a perspectiva do outro é *uma interpretação da realidade e não a realidade* mesma. A estrutura comum é a seguinte: enquanto eu apresento a realidade tal como ela é o outro a apresenta de forma enviesada – e esse viés é tido, em geral, pela noção de interesse. Nessa perspectiva, pouco importam quem são os atores, mas, como chamava a atenção Benveniste (1995), mais relevante é a posição pronominal ocu-

⁶ Extraído do site:

<http://extra.globo.com/rio/materias/2007/10/03/297997507.asp>

Cadernos do Sociofilo

pada. O “Eu” é sempre o que age em prol do bem comum; já o “Ele” é aquele que não age senão visando o seu próprio interesse. Em contraposição ao *meu altruísmo* eu coloca-se o *utilitarismo dele*. No caso da CEG, defende-se a necessidade da manutenção das conversões, uma vez que estas seriam benéficas à população em geral; no caso do grupo Morte Por Gás Nunca Mais, defende-se a sua interrupção e uma fiscalização rígida, que não esteja adstrita aos interesses comerciais da empresa. Alerta-se, igualmente, para os potenciais riscos engendrados pelo processo de conversão.

Mas a questão não se encerra nessa disputa. Fátima vai além e explica não apenas as razões dos acidentes que acometeram ela e Suzana, mas também os potenciais riscos a que todos os cidadãos estão sujeitos. Como no livro sobre os alertas de Francis Chateauraynaud e Didier Torny (1999), o imperativo de reparação não vai se volta para uma situação crítica passada, mas sobre potenciais problemas futuros:

“Eles fizeram a conversão. Mas vai lá nas regras [...], o que cabe a eles trocarem as tubulações depois da conversão feita. Então tem muita gente correndo risco. Em Botafogo, só agora eles estão trocando as tubulações. Só agora estão trocando tubulações. E nessas tubulações novas, eles têm que ficar fazendo manutenção disso, injetando resina, sabe por quê? Porque esse gás é seco. E ele vai ressecando as juntas. E esse é o problema. Só que vai chegar um tempo que essa manutenção da cidade inteira, e foi isso que aquele juiz viu lá, isso vai sair do controle deles. Por isso que vão ter mortes. Aí, por isso, na São Clemente o bueiro explodiu. Feriu um rapaz lá na frente e a moça que tava dirigindo ficou em estado de choque.” (Fátima, em entrevista).

Do mesmo modo que uma falta de manutenção da CEG em seu aquecedor levou ao trágico evento com sua filha, a ausência de uma manutenção adequada nas tubulações terá como

consequência natural várias mortes... Como ela mesma diz, essa manutenção fugirá ao controle da CEG, e isso terá uma série de explosões consecutivas.

Para que isso não ocorra, o Grupo Morte Por Gás Nunca Mais pleiteia uma punição exemplar à CEG. Isso fica explícito quando Suzana se refere ao projeto de lei que está sendo votado na casa:

“O que nós pedimos no projeto de lei? Que ele quebre com o que a CEG fala. Ela pode matar e o presidente chega lá e diz: sinto muito, sou pai de três filhos. Sente é nada! É o caramba que ele sente. Ai é, é, o Molon fez um projeto de lei que pede que haja a fiscalização interna dos usuários, ele pede a fiscalização anual com todos os aquecedores com selos e data. 26 de outubro, vai ter que voltar lá, se não voltar, se não voltar, vai ter que pagar multa de 50 UFIR por dia. O projeto sofreu algumas emendas porque nós sabemos que tem um lobby dentro da casa e alguns deputados se vendendo.” (Suzana, em entrevista).

Ao ter uma lei que responsabilize a CEG diretamente por eventuais males, o objetivo final e maior do grupo terá se cumprido. Já que a morte é, por definição, irreparável, resta uma compensação financeira pelo dano, além de um conjunto de medidas que evitem futuras tragédias. Assim Fátima define o objetivo maior do grupo:

“o mais importante do movimento é isso: não queremos que aconteça com os outros o que aconteceu com a gente. A gente só vai conseguir esse tipo de coisa se você, enquanto cidadão, tomar as rédeas e levar adiante esse processo. A gente tem uma agência reguladora, que não regula nada. Ela é uma agência que deve defender o direito do cidadão, não o poder econômico. O cidadão não tem proteção. Ele depende do Estado para isso. O dia que a gente chegar nesse nível, a gente deixa de ser necessário e faz justiça às mortes [...] Eu rezo pra

Cadernos do Sociofilo

todos nós, porque todos nós nos tornamos uma família. Eu sou uma mulher cristã, eu tenho muita fé. Pra que isso realmente venha à tona e possa beneficiar toda a nossa cidade, pra que nenhuma mãe passe mais pelo que nos passamos, entendeu?” (Fátima, em entrevista).

Daí uma tensão constitutiva se explicita através do movimento da causa pleiteada. Há uma tensão entre a generalidade e a singularidade. De um lado, a generalidade da causa pleiteada refere-se aos potenciais males. Aqui entram tanto uma medida de reparação pelo dando ocorrido por negligência quanto uma lei que melhor regule essa punição caso um outro acidente ocorra. Isso é geral e serve para todo e qualquer cidadão. De outro, está a singularidade do sofrimento de alguém que perdeu um parente por motivos aparentemente evitáveis. Se a primeira questão nos reenvia à possibilidade da justiça, a segunda nos remete à impossibilidade de que o mal seja, de alguma forma, resolvido, através de uma espécie de restituição. Nesse segundo ponto, o discurso transcende a esfera do justo e parece, por vezes, cair no mundo da vingança – onde o desejo de restituição se torna infundável. Afinal, como restituir a perda de um filho? Esse sentimento assim se expressa:

“Eu estou processando a CEG na área cível e criminal. Mas pra mim não basta. O que eu quero é provar, como já provei, no laudo do instituto Carlos Éboli, que meu aquecedor nunca havia sido lacrado, e mostrar à população dessa cidade a sujeira que a CEG faz.” (Fátima, em entrevista).

Aqui entramos no problema que não é abordado por Boltanski e Thévenot em seu trabalho sobre a justificação pública, mas que se estende pela esfera do reconhecimento. É na discussão feita por Paul Ricœur sobre o modelo trabalho em *De la justification* que esse ponto se evidencia. O filósofo francês nos propõe uma leitura particular do livro de Boltanski e Thévenot:

“onde digo reconhecimento, nossos autores dizem justificações. A justificação é a estratégia por meio da qual os competidores fazem reconhecer seus lugares respectivos no que os autores denominam economias da grandeza” (Ricoeur, 2006: 219). De fato, esse tipo de reconhecimento é ainda possível no primeiro caso: conquanto reconhecida a causa pleiteada, e tendo ela atingido um certo grau de generalidade, a justificação perpetrada pelo Grupo, qual seja, a de que a CEG foi a responsável pela morte de seus parentes e que, além disso, novas medidas precisam ser tomadas para que novos acidentes não ocorram, é possível encerrar o caso. Existe a possibilidade de um encerramento justo do caso. Entretanto, esse reconhecimento não é capaz de suprir a segunda demanda por reconhecimento gerada pela dor da perda. Da generalidade do caso, passamos à singularidade do sofrimento⁷. Eis um exemplo extraído da entrevista com a porta-voz:

“Eu sou uma mulher muito forte, mas sou absolutamente frágil na emoção. Então, a minha imagem confunde um pouco. Então eu ouvi da médica X, que é presidente da associação dos moradores da Lagoa, no dia audiência pública, no dia em que vi o Presidente da CEG na minha frente, a vontade que eu tinha que era pra voar na cara dele. Falando pelo meu sentimento, como mãe, minha vontade era de voar, de esganar. Mas aí a X me liga: Ah! Eu sempre escuto falar que quem grita é quem tá querendo um cargo político. Eu disse: ou não. Então quem grita é quem viu um filho morto em cima da cama. Então ela calou a boca. Ela vai dizer o quê? *Ela não teve um filho*

⁷ Não por acaso a própria obra de Boltanski passa da análise das operações de justificação que visam a generalidade da causa pleiteada para, em um momento posterior, tratar dos casos de sofrimento à distância em um contexto pós-midiático. Em nosso ponto de vista, trata-se aí de um problema, já presente no primeiro trabalho feito conjuntamente com Thévenot, que é, para além da comprovação da universalidade da causa, a seguinte questão: como sensibilizar e gerar adesão por meio da apresentação do problema. E, sem dúvida, o sofrimento – seja a distância ou não – tem sido um dos meios de expressão privilegiados para gerar adesão.

Cadernos do Sociofilo

morto. Ela até tentou brigar por essa causa e não conseguiu. Graças a Deus ela não teve um filho morto. O que ela vai responder a uma mãe que chega em casa e se depara com um filho morto. Não tem palavra que possa dizer isso. Isso não tem nomenclatura, não tem como nomear, não tem como qualificar. Que possa falar o que é ver uma caixa daquela, e seu filho dentro, em um velório. Você pensa que vai viver tudo na vida e que já viveu tudo, e que já sofreu tudo. Eu me pergunto: Será que Deus existe? Eu trabalho, sou honesta, digna, honesta, cumpridora dos meus deveres. Por que eu? Acho que é isso que a Suzana se pergunta, a Lúcia se pergunta.” (Fátima, em entrevista).

Essa mesma sensação da singularidade absoluta é expressa quando da segunda audiência pública, em que o Presidente da CEG, disse no início de sua fala: “eu sou pai de cinco filhos e imagino como seja essa dor”, ao que a Fátima retrucou: “não, não imagina”. Diversos foram os momentos nos quais, ao longo da entrevista, a porta-voz do grupo mencionada, fez referência à impossibilidade de transmitir em palavras da sensação dessa perda, o que nos coloca diante de uma questão de reconhecimento que parece insolúvel – no sentido de não ter fim.

Por outro lado, não se pode negar que a exposição desse sofrimento é bastante eficaz no que se refere à sua capacidade de produzir adesões. A exposição e um sofrimento singular é, sem dúvida, um poderoso mecanismo de sensibilização, ajudando a mobilizar pessoas para além do círculo daqueles diretamente afetados pelo caso. Se em um primeiro momento as pessoas envolvidas no Grupo Morte Por Gás Nunca Mais são aquelas que tiveram seus parentes acidentados, em um momento seguinte, os aliados não necessariamente possuem uma relação direta com as vítimas. Não por acaso, em apenas dois dias, com uma tenda no centro da Cidade do Rio de Janeiro, com fotos das vítimas e panfletos explicativos do caso, os parentes das vítimas conseguiram mais de duas mil assinaturas.

“Eu comecei a pipocar, vamos fazer um abaixo assinado⁸, que eu quero mandar pra Brasília. Aí compramos aqueles livros, compra um livro preto e recolhe assinatura. Depois descobri que aquilo podia ser mandado pro Ministério Público, porque eu tenho dois amigos de infância que sacam tudo de política, que me ajudaram. Fomos à Cinelândia e montamos uma barraca para acolher assinaturas. *Esse aqui é o baner do Filipe, essa é o da Carol, minha filha. É, a gente ficava lá o dia todo, ficamos dois dias; em dois dias recolhemos mais de duas mil assinaturas.* Posso dizer que 80% das pessoas tinham um caso pra contar da CEG.” (Fátima, em entrevista).

Pode-se dizer, portanto, que o próprio reconhecimento da legitimidade da causa é impulsionado por sua capacidade de comoção. E que isso não se restringe a mobilização em quanti-

⁸ Eis as demandas presentes no abaixo assinado:

“Os pais que tiveram ou poderão ter seus filhos vitimados em razão da conversão de gás manufaturado para gás natural, pela CEG, no Estado do Rio de Janeiro, se reúnem neste para ser encaminhado ao MP, ALERJ e AGENERSA, o presente pedido:

- Que sejam apuradas as condições de segurança para a POPULAÇÃO quanto às obras realizadas em vias públicas, residências, comércio, etc;
- Que seja apurado o preparo técnico dos funcionários e das empresas contratadas pela CEG para a execução dos serviços de conversão e de vistoria técnica no Rio de Janeiro;
- Que a CEG promova uma chamada geral (“RECALL”) a todos os seus CONSUMIDORES, individualmente, no sentido de revisar todas as instalações e ambientes já convertidos para o fornecimento de gás natural, a fim de verificar se os mesmos encontram-se enquadrados dentro das NORMAS LEGAIS VIGENTES, de conhecimento e de observância obrigatória pela CEG e pelo Estado.
- Que quaisquer custas visando à adequação das instalações e ambientes dos CONSUMIDORES para as normas vigentes sejam de responsabilidade única e exclusiva da CEG;
- Que o Poder Público tome medidas que dêem segurança e tranqüilidade à POPULAÇÃO com relação às ações executadas pela CEG no Rio de Janeiro;
- Que o CONSUMIDOR seja informado dos cuidados com relação à manutenção dos equipamentos de gás;
- Que os culpados pelos fatos que vitimaram nossos filhos sejam responsabilizados.”

Cadernos do Sociofilo

dade, mas também em qualidade. A singularidade do sofrimento tanto permitiu o recolhimento de duas mil assinaturas, bem como abriu à Fátima o acesso a uma pessoa inusitada, o então Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva. Nos conta Fátima como foi:

“Comecei a ligar pra Brasília, pro Gabinete do presidente. Eu falei: Por favor, eu quero falar com o Lula. Aí disseram: quem tá falando? Aqui é Fátima Rodrigues, eu lidero um movimento de mães aqui no Rio de Janeiro. As pessoas me acham louca, sabe? Aí eu ligo pra todo mundo, olha eu tô procurando o Presidente, aí ninguém entende nada, sabe? Aí tá. Quatro meses procurando o Lula, e nada, nada. Fala pra um, falo pra outro, me descabelo, choro. Eu não aceito, não aceito, acho que tem que me atender mesmo. É minha filha, é meu caso, entende? E acho que se ele tá lá é porque todo mundo votou. E tem que atender mesmo, por mais que ele seja importante. Ele é, antes de tudo, ser humano, cidadão como nós, né? Aí tá. Minha filha caçula faz aula de música na escola Villa-lobos. Um belo dia, eu venho, minha filha errou o horário, e viemos uma hora mais cedo. Coisa de Deus mesmo. Vim e deixei minha filha na escolha e fui pra Cinelândia pra um compromisso. Fui pro ponto de ônibus e tava chovendo muito. Eu tava de branco. Aí todo mundo correu pra de baixo da marquise. Eu corri pra de baixo da marquise. Aí dois cidadãos do meu lado: “é, todo esse aparato do teatro municipal, é porque o homem vem aí hoje”. Aí eu olhei pra ele, já presentindo: Que homem? O Lula?” Olha, nessa hora, tava passando uma Sra. com um guarda chuva enorme. Aí eu pedi uma carona no guarda chuva até o Municipal. Cheguei na porta do Municipal, vi uns seguranças, botei minha postura e falei: olha, tão me aguardando ali dentro. Mentira, mas entrei. Fala com um, fala com outro. Aí veio um cara da Federal, esses que são da Federal, da nata, sabe? E falou assim: eu vou te ajudar. Aí eu expliquei o nosso caso pra ele, falei que tava há dias procurando o Lula. Aí o cara virou pra mim e disse: tá vindo pra cá

o assessor do Presidente, vou explicar pra ele o assunto com calma e com certeza ele vai te levar até ele. Mas eu disse pra ele: “eu preciso ir em casa, pegar o material pra poder mostrar pro Presidente”. Ele falou: “são 15 pras 3 e você só pode chegar aqui ate três e meia. Eu entrei no taxi e quase enlouqueci o motorista. Corre moço, corre!” [...] Aí cheguei em casa e cadê a camiseta? Deu um branco! Peguei a camisa, passei, cheguei no teatro e liguei pra Suzana: tira foto do projeto de lei, disso, daquilo, só deixaram eu chamar mais uma mãe. Cheguei lá a tempo, o federal me olhou, riu pra mim e disse: deixa ela entrar. Eu não respirei. Aí veio um assessor, só tava eu e ela, as duas falando ao mesmo tempo, aí ele veio: um baiano, nordestino, simpático, boa praça, ele falou: “tenho certeza que o Presidente vai recebê-las, mas primeiro quero falar como deputado”. Ligou pro deputado e o Molon foi pra lá. Chegaram a Suzana e o Molon, quase ao mesmo tempo. O Presidente tinha ido dar medalha para as crianças que tinham tirado nota alta na escola e tal. Crianças da escola pública. Ficamos quatro horas esperando. Fome apertava, sede, lá fora tinha um pipoqueiro, mas cadê a coragem? Podiam chamar a gente. Até que o cara nos chama. Juntas, em silencio total, de mãos dadas, fomos andando. O coração, ele batia aqui, né? Não dá pra descrever o que foi aquele momento. Ainda ficamos paradas um pouco. Até que a assessoria vem e nos pega. Fomos lá e caminhamos até o presidente que tava premiando os atores que tinham atuado no tropa de elite. E ele veio. No que ele veio, ele veio olhando. Olha: foi a surpresa mais grata que eu já tive. Foi surpresa muito grande pelo carinho que ele teve, pela atenção, pelo respeito à nossa dor, à nossa historia. As duas falavam ao mesmo tempo. Ele calado. Uma hora me deu uma falha de memória, e eu falava pra ele e ele parado, me olhando. Ele tem um magnetismo fortíssimo. E ele ia olhando e entendendo tudo. Ao mesmo tempo, o pessoal da assessoria, mesmo o Molon, tavam achando que nós só íamos tirar uma foto com ele, e acabou. Nada! O Presidente surpreendeu a todos, com certeza ele ali quebrou o protocolo, e conversou conosco. Eu pedi a ele, mostrei a foto da Carol na hora, ele ficou

Cadernos do Sociofilo

olhando [...] e, e, falamos tudo. A Suzana pediu para que ele acelerasse a votação do projeto junto à Alerj. Ele perguntou quem era o autor e Molon falou: “sou eu, presidente. E encaminhou para Graça Fortes da Petrobras, uma pessoa fortíssima lá, e é a Petrobras que vende o gás pra CEG”. [...] E mandou que a procurássemos em nome dele, coisa que vamos fazer agora. E ele pediu um relatório do número de vítimas e de vítimas com seqüelas irreversíveis. Teremos uma semana e meia porque ele vai voltar ao Rio pra lançar as obras do PAC. Foi uma semana e meia de maluquice. Eu ligava pra Renata [coordenadora da Comissão de Direitos Humanos] e ela ficava louca. Era um relatório muito bem elaborado porque se fosse muita coisa, ele não ia ler, então tinha que ser enxugado em 2 folhas para ele ler. E na pasta em anexo colocamos todos os casos. E colocamos enfim e tal. Já recebemos, tiramos a foto, e já recebemos que foi enviado ao Ministro da Minas e Energia. E nele eu pedi ao Presidente que fosse baixado um ato normativo pelo ministério das Minas e Energia. Porque baixando esse ato normativo, obrigando a CEG a agir de acordo com que a norma que vem da Federal, a gente já ultrapassa qualquer risco de perder a votação de lei do projeto aqui. E a gente não precisa mais da lei. E se ele for baixado, ganhamos. E eu ainda não sei qual é o sabor dessa vitória. Porque eu não consigo agora me imaginar, ver minha vida sem o movimento porque ele é a mola, ele é pedaço da minha filha.” (Fátima, em entrevista).

O interessante é que, uma vez isso feito, a própria Fátima nos diz que: “Caso o Presidente baixe o ato normativo, ganhamos. E eu ainda não sei o sabor da vitória. Porque eu não consigo agora me imaginar, ver minha vida sem o movimento porque ele é a mola, ele é o pedaço da minha filha”. Isso nos remete aos limites do modelo de *De la justification* no que concerne ao encerramento da disputa pelo viés do justo. A justiça e o tipo de reconhecimento por ela engendrado pode saciar apenas uma parcela do desejo de Fátima: a conquista da generalidade.

Já a restituição da perda parece não ser jamais saciada pelo acolhimento público de uma *causa*. O sentimento de injustiça parece continuar, pois a arbitrariedade do fato, embora progressivamente pública e notoriamente reconhecida, ainda deixa escapar um aspecto mais profundo: a (restituição da) perda.

É interessante encerrarmos aqui o acompanhamento, no que concerne ao presente texto ao menos, do movimento. É na incerteza do futuro e mesmo do que a própria porta-voz quer, deseja, que paramos. A emergência de uma causa, de um coletivo é sempre incerta. E são os desdobramentos que o definem e redefinem progressivamente. Se o Grupo Morte por Gás Nunca Mais continuará seu processo de ascensão em generalidade ou se, ao contrário, se tornará desnecessário, não temos como saber. Abandonamos aqui o processo de seguir as múltiplas associações e engrandecimentos que podem ou não continuar ao longo desse processo. O tempo da escrita e do acompanhamento dos movimentos do grupo nos impedem de saber o que ocorrerá no porvir da vida desse grupo circunstancial (que, pelo próprio nome, deve ter, algum dia, data para terminar). Se é verdade que o caso só termina quando “o jogo de qualificações se interrompe, permitindo à narrativa do que é ‘realmente’ passado se estabilizar, com as consequências que devem ‘normalmente’ se seguir” (Boltanski e Clavérie, 2007: 443), não nos é possível avançar até que ele se termine. Ou, em outros termos, é-nos até mesmo possível dizer que, em certo sentido, ele nunca terminará, ao menos para as pessoas diretamente envolvidas no caso. Por que aqui ele deixa de ser intenção estratégica para a produção de um certo reconhecimento com efeitos públicos, mas torna-se expressão da singularidade da dor – que parece não ter fim. Afinal, como diz a Fátima, “esse movimento, ele é o nossos filhos. Os nossos filhos, agora, viraram o movimento.”

CONCLUSÃO

Tudo o que fizemos até agora foi relacionar os movimentos do grupo circunstancial estudado com os parâmetros teóricos da sociologia pragmática francesa, mais precisamente em sua versão expressa no livro *De la justification* de Luc Boltanski e Laurent Thévenot. Acentuamos (1) os procedimentos por meio dos quais as integrantes do grupo buscaram construir uma *causa* e (2) as formas por meio das quais as integrantes intentaram se de-singularizar. Não só isso, (3) mostramos as tensões e alternâncias entre as duas estratégias principais de de-singularização, qual sejam, a comprovação da generalidade do problema através dos riscos implicados na causa pleiteada e a exposição contínua da singularidade do sofrimento e de sua insaciabilidade.

Assim, nossa ênfase foi conferida aos momentos referidos sobretudo aos constrangimentos de legitimidade que pesam sobre uma argumentação para que ela seja considerada como justa – quer dizer, vá ao encontro de nosso senso ordinário de justiça – e, com isso, consiga se de-singularizar, ou seja, gerar adesões para além de si mesma, comprovando, assim, sua condição de um problema público, não concernindo apenas às pessoas diretamente envolvidas, bem como aquelas (singulares ou coletivas) que, sensibilizadas pela causa, a ela se vinculam por adesão. Entretanto, deixamos de lado, talvez em demasia, a questão do poder e dos constrangimentos que pesam sobre uma causa que, embora justa e legítima – quer dizer, capaz de respeitar os princípios de universalização⁹ a que uma argumentação que se pretende justa precisa estar adstrita –, não consegue de pleno direito fazer-se prevalecer. Digamos que, embora o caso privilegiado seja exemplar no que concerne às possíveis aplicações do modelo da grandeza de Boltanski e Thévenot

⁹ Embora não tratada de forma direta, é indubitável a relação do imperativo de justificação com o imperativo categórico kantiano: “Age somente, segundo uma máxima tal, que possas querer ao mesmo tempo que se torne lei universal.”

(1991), não significa, por outro lado, que relações de poder – por vezes experimentadas de forma arbitrária – estejam ausentes.

Nosso foco, todavia, foi outro, por uma razão bastante simples. Enfatizamos as relações ou os tipos de relações em que os constrangimentos, dentro de um horizonte de publicidade, podem ser circunscritos nos termos de metafísicas morais. As relações de força foram, portanto, secundarizadas em prol das relações de sentido e de justiça.

Faço uma espécie de mea-culpa que não deixa de ter sua motivação biográfica. Como acima se disse na introdução, a minha entrada no mestrado se deu com vistas a aplicação de uma sociologia crítica ao modo bourdieusiano, ou seja, meu intuito inicial era desvendar as “reais” causas da desigualdade, refletindo sobre as condições que fazem com que os dominantes obtenham predominância sobre os dominados. Ao longo da pesquisa, todavia, não foram poucos os momentos em que percebi o quão inconseqüente era esse modelo, além dos possíveis problemas gerados por uma aplicação desavisada do mesmo.

Para além do ajustamento teórico entre o caso estudado e a sociologia *da* crítica, objetivamos apresentar sua utilidade uma vez que, no Brasil, os trabalhos de sociologia têm enfatizado, em minha opinião muitas vezes de forma excessiva, o modelo crítico. Raríssimos são os trabalhos que utilizam como fundamento os autores da sociologia pragmática francesa¹⁰. Ademais, penso que, para pensar o Brasil, tornou-se, ao longo dos últimos anos, “lógico demais” que toda relação é submetida a um arbitrário cultural, cujo eixo fundamental está dividido entre dominados e dominantes, sob pena de, em caso de discordância, ser taxado de inocente, ingênuo ou mesmo alienado. Sendo o Brasil tratado como o país mais desigual do mundo e o tema da desigualdade um dos temas que mais possui imersão no senso comum, o repertório crítico acabou por se tornar o que

¹⁰ Bons exemplos são Machado (2004), Freire (2008).

Cadernos do Sociofilo

há de mais banal e ordinário, tanto no mundo da vida quanto na academia.

No caso brasileiro, por exemplo, uma das análises que tem tido bastante imersão no senso comum acadêmico (e tem tido parte de seu sucesso devido ao truísmo que é afirmar que no Brasil a desigualdade é brutal) é aquela que promulga a idéia de que teríamos em nosso país uma espécie de “modernidade periférica”. Assim, o autor que professa essa idéia, tecendo uma crítica em que acusa, julga e condena a maior parte dos intérpretes nacionais (Souza, 2000), tratando-os como pueris e superficiais, dado que teriam caído na “crença doxológica” do “iberismo culturalista ou do patrimonialismo”, deixa se perceber que, ele próprio, recai no mesmo problema, na medida em que reduz as relações desiguais (que, segundo ele, “realmente importam”) à uma impessoalidade que, “ao modo de fios invisíveis”, permeiam as mentes dos atores sociais. A análise olvida que, em um mundo plural, como bem mostraram William James, Alfred Schutz, Erving Goffman, Luc Boltanski, Laurent Thévenot, etc, há relações das mais diversas formas e que, do mesmo modo que não se pode reduzir o Brasil a um amálgama de relações pessoais e impessoais (como Damatta [1979] o fez), pior ainda seria reduzi-lo às impessoais. Em verdade, a análise de Souza faz o que há de mais arcaico, só que sob as vestes do novo e do científico: a teoria de Souza nos “emancipa” dizendo-nos modernos, porém condena-nos à periferia. Ao menos a primeira, quer dizer, a análise de Damatta, nos parece ter a vantagem de ser mais plural e abarcar um maior número de relações em sua grade analítica. Se não somos mais pré-modernos ou uma espécie de conjugação de relações modernas e não modernas (a casa e a rua, para Damatta), somos agora ainda mais infelizes: somos modernamente periféricos, ou seja: temos uma modernidade bastarda. O essencialismo é o mesmo, embora não os seus termos. Ao invés de uma cultura ou um conjunto de relações pré-modernas, invoca Souza, para tanto,

“a existência de redes invisíveis e objetivas que desqualificam os indivíduos e grupos sociais precarizados como subprodutores e subcidadãos, e isso sob a forma de uma evidência social insofismável, tanto para os privilegiados como para as próprias vítimas da precariedade”. (Souza, 2003: 177). Sem sequer fazer uma reflexão acerca dos procedimentos críticos, menos ainda sobre a concepção de *habitus* tal qual teorizada por Bourdieu (a qual é aplicada por Souza de forma instrumental), a teoria do sociólogo brasileiro sobre a sub-cidadania parece superar em nada aqueles a quem critica. Pelo contrário. Reafirma o essencialismo anterior e, mais do que isso, extrai seu sucesso exatamente daquilo que acusa nas teorias anteriores. Ora, pergunto-me se existe algum tema que seja mais próprio e próximo ao senso comum do que a desigualdade? Ou melhor, será que nossa desigualdade é tão irreflexiva ou será que ela está todo tempo imersa no senso crítico ordinário e sendo empregada e atualizada.

Não vou me alongar em tal discussão. Sua breve apresentação serve apenas para mostrar que a sociologia francesa (pós-bourdieuiana) pode nos ajudar, e muito, a pensar as infundáveis relações e questões do caso brasileiro, sobretudo no que concerne aos impasses legados pela tradição crítica cuja importância, é preciso deixar claro, foi inegável.

Penso ainda que, mais para frente, será possível – o que não foi ainda nesse trabalho – conciliar a perspectiva da sociologia *da* crítica com as contribuições do esquema crítico tradicional, chegando a um meio termo entre os constrangimentos de legitimidade que pesam sobre os atores e as situações nas quais, embora esses sejam respeitados, não se consegue prevalecer o justo.

Fato é que não vivemos nem em um éden, nem em um inferno. É preciso que haja um meio termo que consiga analisar as diferentes situações em meio às quais pessoas se fazem descritíveis e mobilizam suas competências. Em uma perspectiva

Cadernos do Sociofilo

pragmátista, é possível englobar tanto o modelo da sociologia *da* crítica de Luc Boltanski e Laurent Thévenot quando a sociologia crítica. Pode-se lê-las como diferentes modalidades de formalização das situações. No caso da sociologia *da* crítica, trata-se da formalização das situações em que a realidade se mostra reversível e moldável segundo um princípio moral coletivamente compartilhado. No caso da sociologia crítica, a ênfase tende para as situações em que a realidade se mostra dura e intransponível. As duas, portanto, formalizam em teoria sociológico o que é parte integrante e constitutiva da experiência ordinária dos atores. Se a análise da formação do grupo circunstancial enfatizou os constrangimentos de legitimidade respeitados para que uma *causa* consiga se expandir e tornar-se relevante coletivamente, isso não significa que uma análise crítica seja, em nosso ponto de vista, irrelevante.

REFERÊNCIAS

BOLTANSKI, L. *Les cadres. La formation d'un groupe social*, Paris, Éditions de Minuit, 1982.

_____; avec DARRÉ, Y. et SCHILTZ, M.A. « La dénonciation » *Actes de la recherche en sciences sociales*, 51, 1984.

_____. *How a social group objectified itself: "Cadres" in France 1936-45*, *Social Science Information*, 23, 3, pp.469-491. 1984a.

_____. *L'amour et la justice comme competences*. Paris: Metailié, 1990.

_____; e CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.

_____; e THÉVENOT, L. *De la justification. Les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.

_____; Elisabeth Claverie, Nicolas Offenstadt et Stéphane Van Damme (dir.), *Affaires, scandales et grandes causes. De Socrate à Pinochet*. Paris, Editions Stock, « Les essais », 2007.

BOURDIEU, P. *Choses Dites*, Editions de Minuit, 1987.

_____. *Language et pouvoir symbolique*. Editions du Seuil, 2001.

CEFAÏ, D.; e JOSEPH, I. (Orgs.) *L'héritage du pragmatisme: conflits d'urbanités et épreuves de civisme*. Paris: Editions de l'Aube, 2002.

CHATEAURAYNAUD, F. *La faute professionnelle. Une sociologie des conflits de responsabilité*. Paris, Métailié, 1991.

CLAVERIE, E. Procès, Affaire, cause, voltaire et l'innovation critique. In.: *Politix*. N° 26, Parler en public, Presse de la fondation nationale des sciences politiques, deuxième semestre, 1994.

_____. La naissance d'une forme politique: l'affaire du Chevalier de La Barre. In.: *Honoré Champion, critique et affaires de blasphème à l'Epoque des Lumières*, ouvrage collectif, Paris: 1998.

DEROUET. J.L. *École et Justice. De l'égalité des chances aux compromis locaux?*. Métailié, Paris, 1992.

DEWEY, J. *Le public et ses problèmes*. Paris: Léo Scheer, 2003.

DODIER, N., *Expertise Médicale. Essai de sociologie sur l'exercice du jugement*. Paris, Métailié 1993.

_____. « Agir dans plusieurs mondes », *Critique*, n° spécial « Sciences humaines : sens social », n°529-530, 428-458. 1991.

_____. 1993, « Les appuis conventionnels de l'action. Eléments de pragmatique sociologique », *Réseaux*, n°65, 63-86.

Cadernos do Sociofilo

DOMINGUES, J. M. *Ensaio de Sociologia. Teoria e Pesquisa*, Belo Horizonte. UFMG: 2004.

FREIRE, J. *Sensos do justo e problemas públicos em Nova Iguaçu*. Tese de doutorado: IUPERJ, 2005. (mimeo)

FUKS, M. *Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ: 2001.

GUSFIELD, J. R. *The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

LATOUR, B. *Changer de société. Refaire de la sociologie*. Paris, La découverte, 2006.

LEMIEUX, C. *Mauvaise presse. Une sociologie comprehensive du travail journalistique et de ses critiques*. Paris, Métailié, 2000.

_____; VILAIN, P. *La mobilisation des victimes d'accidents collectifs. Vers la notion de "groupe circonstanciel."* Politix, n 44, pgs 135 a 160. 1998.

NACHI, M. *Introduction à la sociologie pragmatique. Vers un nouveau style sociologie?* . Paris, Armand Colin, 2006.

PHARO, P. *Morale et sociologie. Le sens et les valeurs entre nature et culture*. Paris. Gallimard, 2004)

PITKIN, H.F. *The concept of representatiton*. University of Califórnia Press, 1972.

THÉVENOT, L. *Action au pluriel. Sociologie des regimes d'engagement*. Paris, La Découverte. 2006.

VANDENBERGHE, F. *Avatars of the collective : a realist theory of collective subjectivities*. *Sociological Theory*, v. 25, p. 295-324, 2007.